



## A Pretensão do Conhecimento\*

*Friedrich August von Hayek\*\**

A ocasião especial desta conferência, juntamente com o principal problema prático que os economistas enfrentam hoje em dia, tornaram a escolha desse tópico quase inevitável. Por um lado, a ainda recente instituição do Prêmio Nobel em Ciências Econômicas é um passo significativo no processo pelo qual, na opinião do público geral, foi concedida à Ciência Econômica um pouco da dignidade e do prestígio das ciências físicas. Por outro lado, os economistas estão hoje sendo chamados para, digamos, salvar o mundo livre da séria ameaça da aceleração inflacionária, que foi causada, devemos admitir, pelas mesmas políticas que a maioria

dos economistas recomendou, e até mesmo insistiu, para que os governos adotassem. Por certo, há pouco do que nos orgulhar: como profissão, confundimos todas as coisas.

Parece-me que tal incapacidade dos economistas em orientar políticas de modo mais bem sucedido guarda íntima conexão com a propensão em imitar, da maneira mais rigorosa possível, os procedimentos das mais ilustres e exitosas ciências físicas – tentativa essa que, em nosso campo profissional, pode levar a erros crassos. Essa é uma abordagem que passou a ser descrita como a postura “cientística” – uma atitude que, como defini há cerca de trinta anos, “é *decididamente não*

---

\* Discurso à Memória de Alfred Nobel de Friedrich August von Hayek por ocasião da Entrega do Prêmio Nobel, em 11 de dezembro de 1974.

Traduzido do original em inglês para o português por Leandro Roque.

\*\* **Friedrich August von Hayek** nasceu em Viena, no dia 8 de maio de 1899, na ocasião, ainda Império Austro-Húngaro. Recebeu os títulos de doutor em Direito (1921) e em Ciência Política (1923) pela Universidade de Viena, onde também estudou Filosofia, Psicologia e Economia. Com a ajuda de Ludwig von Mises (1881-1973), no final da década de 1920, fundou e dirigiu o Austrian Institute for Business Cycle Research. Ingressou no quadro docente da London School of Economics em 1931, onde lecionou até 1950. Tornou-se súdito inglês em 1938 e, em março de 1944, lançou seu famoso livro *O Caminho da Servidão* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010). Mudou-se para os Estados Unidos, onde permaneceu de 1950 a 1962, como professor da University of Chicago. Lecionou entre 1962 e 1968 na Universidade de Freiburg, na Alemanha Ocidental. Entre 1968 e 1969 foi professor visitante de Filosofia da University of California. De 1969 a 1977 foi professor de Economia da Universidade de Salzburg, na Áustria. Em 1974, recebeu o Prêmio Nobel de Economia por seus trabalhos pioneiros sobre Teoria Monetária e flutuações econômicas, bem como pelas penetrantes análises acerca das inter-relações entre a economia e os fenômenos sociais. Faleceu em 23 de março de 1992, em Freiburg, na Alemanha.

*científica no verdadeiro sentido do termo, pois envolve uma aplicação mecânica e indiscriminada de hábitos de raciocínio a campos diferentes daqueles em que tais hábitos foram criados*<sup>1</sup>. Desejo principiar hoje por esclarecer como alguns dos equívocos mais graves da atual política econômica decorrem diretamente desse erro do cientismo.

A teoria que tem orientado as políticas monetárias e financeiras dos últimos trinta anos – uma teoria que afirmo ser o produto de uma concepção distorcida sobre o procedimento científico adequado – consiste na crença de que existe uma simples correlação positiva entre o nível de emprego e o tamanho da demanda agregada por bens e serviços. Tal crença nos leva a imaginar que podemos garantir de modo permanente o pleno emprego via a manutenção dos gastos monetários totais em um nível adequado. Dentre as várias teorias utilizadas para explicar o alto desemprego, esta é provavelmente a única que pode receber o apoio de robustas comprovações quantitativas. Contudo, considero tal teoria fundamentalmente falsa, e agir tomando-a por base é, como hoje experimentamos, bastante nocivo.

Isso nos leva à questão crucial. Diferente das ciências físicas, na ciência econômica – e em outras disciplinas que lidam com fenômenos complexos por natureza – os aspectos dos eventos a serem explicados que sobre os quais podemos coletar dados quantitativos são necessariamente limitados e podem não incluir os mais importantes. Nas ciências físicas, em geral, se supõe, provavelmente com boas razões, que qualquer fator importante na determinação dos eventos observados será, ele mesmo, observável e mensurável de maneira direta. Já no estudo de fenômenos complexos por natureza – tais como o mercado, que

depende das ações de vários indivíduos –, é difícil que todas as circunstâncias que determinarão o resultado de um processo sejam conhecidas ou mesmo mensuráveis por completo. Explicarei mais adiante os motivos que me levam a essa afirmação. E, já que nas ciências físicas o pesquisador será capaz de mensurar, com base em uma teoria *prima facie*, aquilo que crê importante, nas ciências sociais, muitas vezes, é tido como importante o que porventura seja passível de mensuração. Isso, em certas ocasiões, chega ao ponto de exigir que nossas teorias devam ser formuladas de modo a aludir somente a grandezas mensuráveis.

Difícilmente se pode negar que tal exigência limite de modo bastante arbitrário os fatos que devem ser admitidos como as possíveis causas dos eventos que ocorrem no mundo real. Essa visão, que diversas vezes, com muita ingenuidade, é aceita como procedimento científico sólido, tem algumas consequências bem paradoxais. Sabemos, é claro, a respeito do mercado e de outras estruturas sociais similares, que existem muitos fatores que não podem ser mensurados e sobre os quais temos, na verdade, apenas algumas informações muito genéricas e imprecisas. E porque os efeitos de tais fatos não podem, em dado momento, ser confirmados por provas quantitativas, são simplesmente descartados por aquelas pessoas que se comprometeram a aceitar apenas o que julgam ser a comprovação científica: assim continuam, alegremente, crendo na ilusão de que os fatores que podem mensurar são os únicos relevantes.

A correlação entre demanda agregada e nível de emprego, por exemplo, pode apenas ser aproximada; porém, como é a *única* sobre a qual há dados quantitativos, passa a ser aceita como o único vínculo causal que importa. Por essa regra pode muito bem existir uma prova “científica” melhor para uma teoria falsa, que será aceita porque é mais “científica” do que a explicação válida, que será rejeitada apenas porque não há suficiente número de provas quantitativas para embasá-la.

<sup>1</sup> HAYEK, F. A. *Scientism and the Study of Society*. *Economica*, Vol. IX, No. 35 (August 1942): 267-91. Reproduzido em: HAYEK, F. A. *The Counter-Revolution of Science*. Glencoe: The Free Press, 1952. p. 15.

Deixai-me ilustrar isso com um breve esboço sobre o que considero ser a principal causa do amplo desemprego – um relato que também explicará por que esse desemprego não pode ser sanado de modo duradouro pelas políticas inflacionárias recomendadas pela teoria em voga. A explicação correta, a meu ver, parece estar na existência de considerável discrepância entre a distribuição da demanda dos diferentes bens e serviços, e a maneira como a mão-de-obra e outros recursos são alocados para a produção desses bens e serviços. Possuímos um conhecimento “qualitativo” razoável das forças que fazem a correspondência entre a oferta e a demanda nos diferentes setores do sistema econômico, das condições sob as quais essa correspondência será alcançada e dos prováveis fatores que podem impedir tal ajuste. Os procedimentos isolados nesse processo têm por base os fatos da experiência diária, e, os poucos que se derem ao trabalho de acompanhar a argumentação, questionarão a validade das suposições factuais ou a exatidão lógica das conclusões que deles derivam. Posto isso, temos, sim, boas razões para acreditar que o desemprego indica que a estrutura dos salários e dos preços relativos foi distorcida (geralmente em decorrência do estabelecimento de preços governamentais ou monopolísticos), e que, para ser restaurada a igualdade entre a demanda e a oferta de mão-de-obra em todos os setores haverá a necessidade de alterações nos preços relativos e de realocações de mão-de-obra.

No entanto, quando nos perguntam por alguma prova quantitativa sobre a estrutura particular de preços e salários necessária para assegurar uma oferta fluente dos produtos e serviços oferecidos, devemos admitir que não detemos tal informação. Noutras palavras, sabemos que as condições gerais que chamamos, um tanto erroneamente, de equilíbrio estabelecer-se-ão por si mesmas: mas nunca saberemos qual preço ou salário em particular existiria caso o mercado fosse levado a tal equilíbrio. Podemos dizer, simplesmente, quais são as condições em que poderemos

esperar que o mercado estabeleça preços e salários nos quais a demanda se equipare à oferta. Nunca poderemos, contudo, produzir informação estatística que demonstraria quanto os preços e salários correntes *se afastam* daqueles que assegurariam o saldo contínuo da atual oferta de trabalho. Muito embora esse relato das causas do desemprego seja uma teoria empírica – no sentido de poder se mostrar falsa, por exemplo, caso, em uma constante oferta de dinheiro, certo aumento geral de salários não levar ao desemprego – sem dúvida, não é o tipo de teoria que possamos utilizar para obter previsões numéricas específicas com relação a taxas de salários, ou a distribuição do trabalho, que se deva esperar.

Entretanto, por que deveríamos, nas ciências econômicas, declarar nossa ignorância quanto a determinados fatos que, no caso de uma teoria física, certamente exigiriam informações precisas de um cientista? Não é de surpreender que aqueles que se impressionam com as ciências físicas achem essa posição muito insatisfatória e insistam nos critérios de comprovação desse campo do saber. O motivo para esse estado de coisas, como já mencionei de modo sumário, reside no fato de as ciências sociais –semelhante à grande parte das ciências biológicas, porém diferente de grande parte das ciências físicas – têm de lidar com estruturas de complexidade *essencial*, ou seja, com estruturas cujas propriedades características podem ser exibidas somente por intermédio de modelos compostos por um número relativamente grande de variáveis. A concorrência, por exemplo, é um processo que só produzirá certos resultados caso ocorra entre um número razoavelmente grande de agentes.

Em alguns campos, em particular quando problemas similares surgem nas ciências físicas, as dificuldades podem ser superadas pelo uso de dados sobre a frequência relativa – ou probabilidade – da ocorrência de várias propriedades singulares dos elementos, ao invés de utilizar informações específicas sobre os elementos individuais. No entanto,

isso é válido somente quando lidamos com o denominado pelo Dr. Warren Weaver (1894-1978), ex-diretor da Fundação Rockefeller, em distinção que merece ser entendida de modo mais amplo, de “fenômenos de complexidade desorganizada”, em contraposição aos “fenômenos de complexidade organizada” com os quais lidamos nas ciências sociais<sup>2</sup>. A complexidade organizada, nesse caso, significa que a natureza das estruturas que a apresentam depende não somente das propriedades dos elementos individuais que compõem tais estruturas, ou da frequência relativa com que ocorrem, mas também da maneira pela qual os elementos individuais se conectam entre si. Na explicação sobre o funcionamento de tais estruturas, não podemos, por essa razão, substituir as informações sobre os elementos individuais por informações estatísticas; se, no entanto, de nossa teoria, queremos extrair prognósticos específicos acerca de eventos individuais, temos de exigir informações completas sobre cada elemento. Sem essas informações específicas sobre os elementos individuais, estaremos confinados ao que noutra ocasião chamei de meras “previsões de padrão” – previsões sobre alguns dos atributos gerais das estruturas que se formarão, mas serão destituídas de quaisquer declarações específicas sobre os elementos individuais que as constituirão<sup>3</sup>.

Isso é particularmente verdadeiro para as teorias que explicam como se dá a formação de salários e preços relativos em um mercado que funcione bem. Na determinação desses salários e preços, serão levados em

consideração os efeitos das informações particulares que cada um dos participantes do processo de mercado possui – uma soma de fatores que, na totalidade, não podem ser apreendidos pelo observador científico ou por qualquer outro cérebro isolado. É, de fato, a superioridade da ordem de mercado – e a razão pela qual, via de regra, quando não suprimida pelos poderes governamentais, esta sobrepuja os outros tipos de ordem – que na alocação de recursos resultante utilizará mais do conhecimento dos fatos particulares dispersos entre um número incontável de pessoas, mais que o conhecimento de quaisquer fatos que uma só pessoa detenha. Entretanto, por que nós, cientistas observadores, jamais conheceremos todos os determinantes de tal ordem – e, como consequência, também tornamo-nos incapazes de saber sob qual estrutura específica de preços e salários a demanda em todos os lugares igualar-se-á à oferta –, ficamos incapacitados de medir o desvio em relação a essa ordem, nem podemos testar estatisticamente a nossa teoria de que são os desvios de tal sistema “equilibrado” de preços e salários que tornam impossível vender alguns dos produtos e serviços aos preços que são ofertados.

Antes de prosseguir com a questão de meu interesse imediato, os efeitos de todas essas coisas nas políticas de emprego atualmente adotadas, permitam-me definir mais circunstanciadamente as limitações intrínsecas do nosso conhecimento numérico, tantas vezes negligenciadas. Desejo fazê-lo para evitar a impressão de que rejeito de modo generalizado o método matemático na economia. Com efeito, considero a grande vantagem da técnica matemática o fato de que nos permite descrever, por meio de equações algébricas, a natureza geral de um padrão, mesmo quando desconhecemos os valores numéricos que determinarão determinada manifestação. Sem essa técnica algébrica, dificilmente teríamos alcançado a descrição abrangente das interdependências mútuas dos diferentes acontecimentos em um mercado. Entretanto, criou-se a ilusão

<sup>2</sup> WEAVER, Warren. A Quarter Century in the Natural Sciences, cap. I, “Science and Complexity”. **The Rockefeller Foundation Annual Report 1958**.

<sup>3</sup> Ver: HAYEK, F. A. The Theory of Complex Phenomena. In: BUNGE, Mario (Ed.). **The Critical Approach to Science and Philosophy: Essays in Honor of K. R. Popper**. New York: The Free Press, 1964. Texto reproduzido com adições como: HAYEK, F. A. The Theory of Complex Phenomena. In: **Studies in Philosophy, Politics and Economics**. London: Routledge & Kegan Paul, 1967. p. 22-42.

de que podemos utilizar essa técnica para a determinação e previsão dos valores numéricos dessas grandezas; e isso levou a busca inútil por constantes quantitativas ou numéricas. Isso ocorreu, muito embora os fundadores modernos da economia matemática não nutrissem tais ilusões. É verdade que seus sistemas de equações, que descrevem o padrão de um equilíbrio de mercado, aparentemente são tão estruturados que se fôssemos capazes de preencher as lacunas de todas as variáveis dessas fórmulas abstratas – isto é, se soubéssemos todos os parâmetros das equações – seríamos capazes de calcular os preços e quantidades de todas as mercadorias e serviços à venda.

Entretanto, assim como afirmou Vilfredo Pareto (1848-1923), um dos fundadores de tal teoria, está claro que o propósito desse sistema de equações não pode ser “chegar a um cálculo numérico dos preços”, porque, como disse esse autor, seria “absurdo” pressupor que podemos determinar todos os dados<sup>4</sup>. De fato, o argumento principal já havia sido compreendido pelos notáveis precursores da economia moderna, os escolásticos espanhóis do século XVI, que salientaram que o chamado *pretium mathematicum* – o preço matemático – dependia de tantas circunstâncias particulares nunca seria possível ao homem conhece-las todas, só Deus teria tal capacidade<sup>5</sup>.

Às vezes desejo que nossos economistas matemáticos levem tal consideração a sério. Devo confessar que ainda tenho dúvidas se as buscas por grandezas mensuráveis contribuíram de modo significativo à compreensão *teórica* dos fenômenos econômicos – como algo distinto do valor como descrição de situações particulares. Também não estou preparado para aceitar a

desculpa de que esse ramo de pesquisa ainda é muito recente: afinal, Sir William Petty (1623-1687), o fundador de econometria, foi uma espécie de colega sênior de Sir Isaac Newton (1643-1727) na Royal Society!

Deve haver poucos casos em que a superstição de que somente as grandezas mensuráveis são importantes tenha causado danos reais no campo econômico, mas os problemas da inflação e o desemprego atuais são bem sérios. A consequência foi aquilo que é, provavelmente, a verdadeira causa do amplo desemprego, negligenciada pela maioria dos economistas de mentalidade cientificista, visto que sua atividade não pode ser confirmada por relações diretamente observáveis entre grandezas mensuráveis, e uma atenção quase exclusiva nos fenômenos superficiais quantitativamente mensuráveis gerou uma política tornou a situação ainda pior.

Devemos, é claro, prontamente admitir que o tipo de teoria que considero como a verdadeira explicação para o desemprego é uma teoria cujo conteúdo é um tanto limitado, pois permite-nos fazer apenas prognósticos muito generalizados sobre os *tipos* de acontecimentos que devemos esperar em dada situação. No entanto, as consequências de teorias mais ambiciosas na política não têm sido muito venturosas. Confesso que prefiro um conhecimento imperfeito, porém verdadeiro – mesmo que deixe muitas coisas indeterminadas e imprevisíveis –, a um pretense conhecimento exato, mas provavelmente falso. O crédito que a aparente conformidade aos padrões científicos reconhecidos pode dar para teorias aparentemente simples, mas falsas, como demonstra o presente caso, tem sérias consequências.

Defato, no assunto em questão, as próprias medidas que a teoria “macroeconômica” dominante recomenda como cura para o desemprego – a saber, o aumento da demanda agregada – tornou-se a causa de colossal má alocação de recursos, o que certamente tornará inevitável, posteriormente, um desemprego

<sup>4</sup> PARETO, Vilfredo. **Manuel d'économie politique**. Paris: Marcel Giard, 2ª ed, 1927. p. 223-24.

<sup>5</sup> Ver, por exemplo: MOLINA, Luis. **De Iustitia et Iure**. Cologne, 1596-1600. Tomo II, disp. 347, nº 3. Ver, especialmente: LUGO, Johannes de. **Disputationum de iustitia et iure tomus secundus**. Lyon: 1642. Disp. 26, sect. 4, nº 40.

em larga escala. A contínua injeção de quantias adicionais de dinheiro em alguns pontos do sistema econômico, gera uma demanda temporária que, inevitavelmente, acabará assim que o aumento da quantidade de moeda parar ou desacelerar, juntamente com a expectativa de um contínuo aumento nos preços, sacam a mão-de-obra e outros recursos para empregos que durarão somente enquanto a expansão da quantidade de moeda continuar na mesma taxa – ou até mesmo somente enquanto a expansão monetária continuar a acelerar numa determinada taxa.

O que essa política produziu, não é tanto um nível de emprego que não pudesse ter sido criado de outras maneiras; mas uma distribuição do emprego que não pode ser indefinidamente mantida e que, após algum tempo, só pode ser preservada por uma taxa de inflação que inevitavelmente levará à desorganização de toda a atividade econômica. O fato é que, por um ponto de vista teórico equivocado, fomos levados a uma posição precária em que não mais podemos evitar o reaparecimento de um substancial desemprego; não porque, como, equivocadamente, interpretam tal ponto de vista, esse desemprego será deliberadamente gerado como instrumento de combate à inflação, mas, sim, porque tem de acontecer como uma lastimável, porém inevitável, consequência das políticas equivocadas do passado, tão logo a inflação monetária desacelere.

Devo, no entanto, deixar esses problemas de importância prática imediata que introduzi principalmente como ilustração das consequências graves que podem derivar dos erros relativos aos problemas abstratos da Filosofia da Ciência. Há razão suficiente para estar apreensivo sobre os perigos no longo prazo, gerados em um campo mais abrangente, pela aceitação acrítica de afirmativas que têm a *aparência* de científicas, com o são, com relação aos problemas que acabamos de discutir. O que queria trazer pela ilustração tópica é o que, certamente, ocorre na minha área, mas creio que, em geral, nas ciências

humanas, o que parece na superfície como o procedimento mais científico, muitas vezes, é o menos científico, e, além disso, nessas áreas há limites definidos do que esperar das conquistas da ciência. Isso significa que confiar à ciência – ou ao controle deliberado segundo princípios científicos – mais do que o método científico consegue realizar, pode ter efeitos deploráveis. O desenvolvimento das ciências naturais na modernidade tem, é claro, excedido todas as expectativas, e qualquer alusão à existência de limites suscita suspeitas, em especial por parte de todos aqueles que alimentavam a esperança de que nosso crescente poder de previsão e controle, geralmente visto como a característica resultante do avanço científico, aplicado aos processos sociais, tornaria possível moldar a sociedade ao bel-prazer. Por certo, é verdade que, ao contrário do entusiasmo que as descobertas das ciências físicas tendem a provocar, as percepções que adquirimos do estudo da sociedade, na maioria das vezes, produz um efeito deletério em nossas aspirações; e não surpreende que os nossos mais jovens e impetuosos colegas de profissão nem sempre estejam preparados para aceitar tal verdade. Não obstante a confiança no poder ilimitado da ciência é com muita frequência baseada na falsa crença de que o método científico consiste na aplicação de uma técnica “pré-fabricada”, ou na simples imitação da forma, e não da substância, do procedimento científico, como se precisássemos seguir as receitas de um livro de culinária para resolver todos os problemas sociais. Às vezes, é como se as *técnicas* científicas fossem mais fáceis de aprender do o raciocínio que nos mostra quais são os problemas e como abordá-los.

O conflito entre o que, no atual estado de espírito, o público espera da ciência para satisfazer os anseios populares e o que ela realmente pode oferecer é uma questão muito séria, porque ainda que todos os verdadeiros cientistas reconheçam as limitações do que são capazes de fazer no campo das ciências humanas, contanto que o público espere mais, sempre haverá alguns que aparentarão, e

talvez honestamente creiam, que podem fazer mais do que lhes é possível para responder às demandas populares. Muitas vezes é bastante difícil para o perito, e, por certo, em muitas circunstâncias para o leigo, distinguir entre as pretensões legítimas e ilegítimas promovidas em nome da ciência. A enorme publicidade dada recentemente pelos meios de comunicação a um relatório anunciando, em nome da ciência, *The Limits to Growth* [Os Limites do Crescimento], e o silêncio desses mesmos meios de comunicação sobre a crítica devastadora que o relatório recebeu de especialistas competentes, deve fazer com que fiquemos deveras apreensivos sobre o uso dado ao prestígio da ciência<sup>6</sup>.

Mas não é de modo algum apenas na economia que ousadas afirmações são propostas em prol de um direcionamento mais científico de todas as atividades humanas e o desejo de substituir processos espontâneos por um “controle humano consciente”. Caso não esteja enganado, a Psicologia, a Psiquiatria e alguns ramos da Sociologia, para não falar da assim chamada Filosofia da História, são ainda mais afetados por aquilo que chamei de ‘preconceito cientificista’, e por alegações ilusórias sobre o que a ciência pode realizar<sup>7</sup>.

Se quisermos preservar a reputação de ciência, e evitar esta apropriação de

conhecimento com base em uma semelhança superficial de procedimento com o das ciências físicas, deverá haver um grande empenho direcionado a desmascarar essas apropriações, algumas das quais já se tornaram direitos adquiridos de reputados departamentos universitários. Não somos suficientemente gratos a alguns filósofos da ciência modernos, como Sir Karl Popper (1902-1994), por nos conferir um “teste” para a distinção entre o que pode e o que não pode ser aceito como científico – teste pelo qual algumas doutrinas hoje amplamente aceitas como científicas não passariam. Há alguns problemas especiais, entretanto, em relação àqueles fenômenos essencialmente complexos dos quais as estruturas sociais são um exemplo bem importante, que me fazem desejar voltar a expor, como conclusão, em termos mais gerais, os motivos pelos quais por que, nessas áreas, não só não existem obstáculos absolutos para o prognóstico de acontecimentos específicos, mas por que agir como se possuíssemos conhecimento científico nos permitiria transcendê-los poderia, em si, tornar-se um sério obstáculo ao progresso da inteligência humana.

O ponto mais importante que devemos lembrar é que o amplo e rápido desenvolvimento das ciências físicas teve lugar em certas áreas em que foi demonstrado que as explicações e as previsões em leis representaram fenômenos observados como funções de, comparativamente, poucas variáveis – fossem fatos singulares ou acontecimentos de frequência relativa. Essa pode até ser a razão primordial de distinguirmos tais ramos do conhecimento como “físicos”, em comparação com estruturas muito mais organizadas, denominadas aqui de “essencialmente complexas”. Não há razão para que a posição seja a mesma nas duas situações. As dificuldades que encontramos quando lidamos com fenômenos essencialmente complexos não são, como, de imediato, poderíamos pensar, dificuldades de formulação de teorias para a explicação dos eventos observados, muito embora

<sup>6</sup> Ver: MEADOWS, Donella H. ; MEADOWS, Dennis L. ; RANDERS, Jorgen & BEHRENS III, William W. **The Limits to Growth: A Report of the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind.** New York: Universe Books, 1972. Para uma análise sistemática feita por um economista competente, ver: BECKERMAN, Wilfred. **In Defence of Economic Growth.** London: Jonathan Cape Ltd., 1974. Para uma lista de críticas anteriores feitas por especialistas, que corretamente chama de “devastador” o efeito das críticas, ver: HABERLER, Gottfried. **Economic Growth and Stability.** Los Angeles: Nash Publishing, 1974.

<sup>7</sup> Em relação a exemplos destas tendências em outras áreas do conhecimento, ver meu discurso de posse no cargo de Professor-visitante na Universidade de Salzburg, agora reeditado para o Instituto Walter Eucken em Freiburg in Breisgau: HAYEK, F. A. **Die Irrtümer des Konstruktivismus und die Grundlagen legitimer Kritik gesellschaftlicher Gebilde.** Tübingen: J. C. B. Mohr, 1975.

também acarretam dificuldades especiais no teste das explicações propostas e, portanto, na eliminação de más teorias. Devem-se ao principal problema que surge ao aplicarmos nossas teorias à qualquer situação específica no mundo real. Uma teoria de fenômenos essencialmente complexos deve referir-se a um grande número de fatos particulares, deve deduzir uma predição ou testar e verificar todos esses fatos particulares. Uma vez que sejamos bem-sucedidos nisso não deveremos ter nenhuma dificuldade de derivar previsões comprováveis – com a ajuda de computadores modernos deve ser bastante fácil inserir essas informações nas lacunas das fórmulas teóricas e deduzir uma predição. A verdadeira dificuldade, cuja solução que a ciência pouco tem a contribuir e que, às vezes, é realmente insolúvel, consiste na apuração de fatos particulares.

Um exemplo muito simples mostrará a natureza da dificuldade. Consideremos um jogo de bola disputado por algumas pessoas com habilidades muito semelhantes. Se, além do nosso conhecimento geral das habilidades individuais dos jogadores, conhecemos uns poucos dados particulares, tais como o grau de atenção de cada um, capacidade de percepção, bem como condições cardíacas, pulmonar, muscular etc., a cada momento da disputa, provavelmente, teríamos uma boa ideia do que dependerá o resultado. Podemos, contudo, não ser capazes de verificar esses fatores e, como consequência, o resultado do jogo estará fora do alcance do cientificamente previsível, muito embora saibamos quais efeitos determinados acontecimentos poderiam ter no resultado do jogo. Isso não significa que não possamos absolutamente fazer predições sobre o curso de tal partida. Se conhecemos as regras de diferentes jogos devemos, ao assistir uma partida, saber em pouco tempo qual jogo está sendo jogado e que tipo de ação podemos ou não esperar. Nossa capacidade, contudo, de prever ficará confinada a tais características gerais dos acontecimentos esperados e não incluem a capacidade de prever eventos individuais em particular.

Isso corresponde ao que antes chamei simples previsões de padrões, aos quais estamos cada vez mais restritos conforme passamos da esfera em que leis relativamente simples preponderam para fenômenos em que vige a complexidade organizada. Ao avançarmos, descobrimos com maior frequência que, de fato, podemos verificar somente algumas, mas nem todas as circunstâncias particulares que determinam o resultado de um dado processo e, como consequência, somos capazes de prever somente algumas, mas não todas as propriedades do resultado que temos de esperar. Muitas vezes tudo o que seremos capazes de prever serão algumas características abstratas do modelo que emergirá – relações entre tipos de elementos sobre os quais, individualmente, pouco sabemos. No entanto, repito aflitivamente, ainda chegaremos a predições que podem ser falsificadas e que, portanto, são de importância empírica.

É claro, comparadas com as previsões precisas que aprendemos a esperar nas ciências físicas, esse tipo de meras previsões padrão é uma segunda melhor opção com que a pessoa não tem de se contentar. Contudo, o perigo sobre o qual quero advertir é precisamente a crença de que para ter uma hipótese aceita como científica é necessário ter ainda mais êxito. Assim, encontramos o charlatanismo e pior. Agir na crença de que possuímos o conhecimento e a capacidade que nos permitem moldar ao nosso gosto, completamente, os processos da sociedade, conhecimento que, de fato, não possuímos, é algo capaz de nos causar dano. Nas ciências físicas pode haver pouca objeção a tentar fazer o impossível; podem até achar que não devemos desencorajar a pessoa superconfiante porque, afinal, seus experimentos podem trazer novas perspectivas. No campo social, no entanto, a crença errônea de que o exercício de algum poder teria consequências benéficas, provavelmente, leva a conferir um novo poder para coagir outros homens para alguma autoridade. Mesmo se tal poder não for, em si mesmo, mau, é provável que

o seu exercício impeça o funcionamento de ordens espontâneas por meio das quais, sem compreendê-las, o homem é imensamente assistido na busca dos objetivos. Estamos apenas começando a compreender quão sutil é o sistema de comunicação em que o funcionamento de uma sociedade industrial está baseado – um sistema de comunicação que chamamos de mercado e que vem a ser um mecanismo mais eficiente para digerir a informação dispersa do que qualquer homem tenha deliberadamente concebido.

Caso o homem não deseje causar mais dano do que bem nas tentativas de melhorar a ordem social, terá de aprender que nesse, assim como noutros campos em que a complexidade essencial de um determinado tipo prepondera, ele não pode adquirir o pleno conhecimento que o daria o controle dos eventos possíveis. Deverá, portanto, usar o conhecimento que conseguir adquirir, não para moldar os resultados como um artífice faz com sua obra, mas, ao contrário, para cultivar um crescimento ao oferecer um ambiente favorável, aos moldes do jardineiro com as plantas. Há perigo no sentimento exuberante de um poder sempre crescente que o avanço das ciências físicas engendrou e que tenta o homem a experimentar “a vertigem do sucesso”<sup>8</sup>, para usar uma frase típica do início do comunismo, a sujeitar não só nosso ambiente natural, mas também o humano ao controle da vontade humana. O reconhecimento dos limites insuperáveis do conhecimento deve, de fato, ensinar ao estudioso da sociedade uma lição de humildade que deve impedi-lo de tornar-se cúmplice na luta fatal dos homens pelo controle da sociedade – uma luta que o torna não só um tirano de seus semelhantes, mas que pode muito bem torná-lo o destruidor de uma civilização não criada por nenhuma mente, mas surgida dos esforços livres de milhões de indivíduos. ∞

---

<sup>8</sup> Nome de um artigo escrito por Josef Stalin (1879-1953), em março de 1930, criticando os excessos dos bolcheviques durante a coletivização dos campos. (N. do T.)